



GT 042. Maternidades, partos e cuidado infantil: políticas dos corpos, direitos humanos e antropologia em ação

Rosamaria Giatti Carneiro (UnB) - Coordenador/a,
 Elaine Müller (UFPE) - Coordenador/a, Giovana
 Acácia Tempesta (UnB) - Debatedor/a, Fernanda
 Bittencourt Ribeiro (Pucrs) - Debatedor/a, Camila
 Pimentel (Fiocruz Pernambuco) - Debatedor/a

Este GT pretende dar continuidade às discussões inauguradas na RBA de 2014 e em outros fóruns de debate antropológico nos últimos anos. Se, de início, nos concentramos nos debates sobre parto, assistência médica e movimentos de mulheres na atualidade, os últimos anos têm nos dado mostra da ampliação da reflexão nesse campo. A antropologia do parto tornou-se, pouco a pouco, a antropologia das maternidades, dos corpos e da infância, tematizando literalmente o cuidado em sua vida social desde uma perspectiva de gênero. Muitos têm sido os seus desdobramentos que nos incitam a propor este grupo, quais sejam: as maternidades contra-hegemônicas; as novas parentalidades; as teorias da maternagem, a criação com apego, a disciplina positiva e seus dilemas; a vida profissional e a maternidade no século 21; as mães e deficiência no contexto do Zika Vírus; aborto; os movimentos sociais-econômicos maternos; a política e a maternidade; as desigualdades e maternidades; as noções de infância; os direitos no/do parto; a pesquisadora como mãe e a antropologia feita por mães, para além, claro, dos debates sobre assistência médica, leituras de parto, pós-parto e amamentação. Por essa razão, trabalhos que contornem esse leque investigativo serão mais do que bem-vindos no sentido de despertar diálogos antropológicos sobre direitos humanos e maternidades em amplo e em sentido amplo.

Ampliando olhares sobre a parturição: tensionando discursos sobre humanização à luz de experiências dissonantes

Autoria: Giorgia Carolina do Nascimento

Ao final do século XIX, feministas das classes médias e burguesas travavam importante discussão em torno da maternidade voluntária. No entanto, o potencial progressivo da pauta foi ceifado quando associado às práticas eugenistas de esterilização compulsória das mulheres negras. Ainda um século depois, quando a luta se deu em torno da legalização do aborto, esta acaba não endossada por essas mulheres, que viam a causa com desconfiança (DAVIS, 2017). Movimento de mesmo sentido parece ocorrer em relação a bandeira do parto humanizado. Despontada no Brasil sobretudo nas últimas décadas, suas ativistas partem da crítica ao advento da ginecologia obstétrica como autoridade sobre o partear, que furta ao evento o protagonismo da mulher. Mas, se por um lado, o corpo feminino é instituído como objeto das intervenções e discursos médico-científicos, por outro, o processo histórico-social através do qual corpos negros tiveram sua humanidade subtraída - num contexto em que, desde a Biologia, pesquisadores buscavam categorizar e produzir noções sobre "humanidade" (FAUSTO-STERLING, 1995) - revela outras nuances sobre como a concepção de ciência fundamenta-se no empreendimento colonial. A lógica com que operacionaliza a ginecologia obstétrica e decorrem as experiências de parto ainda hoje bem demonstra como a colonialidade vive (MCCLINTOCK, 2010). Neste panorama, embora nos últimos anos tenha havido significativas mudanças nas condições de acesso e na qualidade dos serviços de assistência ao parto, para as mulheres negras persistem os piores índices. Assim, entendendo que nas fronteiras e em seus atravessamentos ressignificam-se os sentidos de raça, classe e gênero, nesta comunicação busco refletir, a partir da categoria "humanização", sobre diferenças. O percurso passa por investigar os sentidos historiográficos que produzem as fronteiras dos corpos de quem gesta e dá a luz, atentando para como experiências étnico-raciais e de classe podem influenciar a produção de distintas noções de "bom parto". Para tanto, dão subsídio à comunicação diálogos



com mulheres negras SUS usuárias decorrentes de visitas exploratórias ao campo, uma unidade hospitalar de atenção à saúde da mulher localizada na Região Metropolitana de Campinas. Se aqui pretende-se deslocar a margem para o centro, vale atentar, ainda, que eleição do tema de pesquisa de mestrado - em fase inicial - e de tais reflexões emerge também de inquietações gestadas na minha própria experiência, de mulher negra, que engravidou jovem e que não pôde viver o parto com que sonhou.

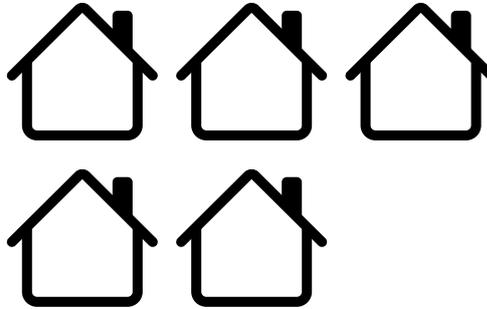
[Trabalho completo](#)



Realização:



Apoio:



Organização:

